

Ministério da Educação estuda punição a escola que abusou no reajuste

BRASÍLIA — Mesmo pressionado pelos pais de alunos das escolas particulares, o Ministério da Educação não tem amparo legal para evitar os abusos dos reajustes das mensalidades. O secretário-geral adjunto do MEC, Hélio Mattos, admitiu, ontem, que só os Conselhos Estaduais de Educação podem, por lei, punir e fiscalizar os preços. Hoje ele se reunirá com representantes dos Conselhos Estaduais para estudar medidas de punição às escolas particulares.

“O decreto 95.720, que instituiu a liberdade vigiada para os reajustes das mensalidades”, explicou, “delega aos Conselhos a competência de acompanhar a definição dos índices de aumento.” Segundo ele, é necessário que a sociedade acredite nos Conselhos. Mas, para o presidente da Federação Nacional das Associações dos Pais de Alunos, Luís Casemiro, este conselho não adianta nada.

“Os Conselhos”, denunciou Casemiro, “não têm capacidade técnica, são tomados pelos proprietários de escolas particulares e os conselheiros só trabalham nas reuniões.” Ele criticou o resultado da reunião de ontem com Hélio Mattos e os estudantes. Hélio Mattos sugeriu aos alunos a denúncia aos Conselhos de Educação dos abusos nos reajustes das mensalidades para que as escolas possam ser punidas. “Esperamos que seja tomada uma decisão o mais rápido possível para evitar os abusos”, disse Carlos Henrique, aluno do Colégio Leonardo da Vinci.

Apesar de o MEC estar à frente das negociações com pais de alunos, donos de escolas e estudantes, a proposta dos técnicos do Ministério será revista pelo Ministério da Fazenda para depois ser levada ao presidente José Sarney. A decisão de revogar o decreto 95.720 depende do presidente que, junto com sua equipe econômica, definirá uma nova política de reajuste para mensalidade escolar.

Pelo MEC, a rodada de negociações se encerrará amanhã com uma reunião com todos os Conselhos Estaduais de Educação. Eles vão decidir novas formas de punição e analisar as reclamações já feitas pelos pais de alunos junto aos Conselhos. O MEC quer um histórico das ações dos Conselhos. “Se houver incapacidade técnica, o MEC examinará as alternativas para colocar os Conselhos em funcionamento”, garantiu Hélio Mattos.